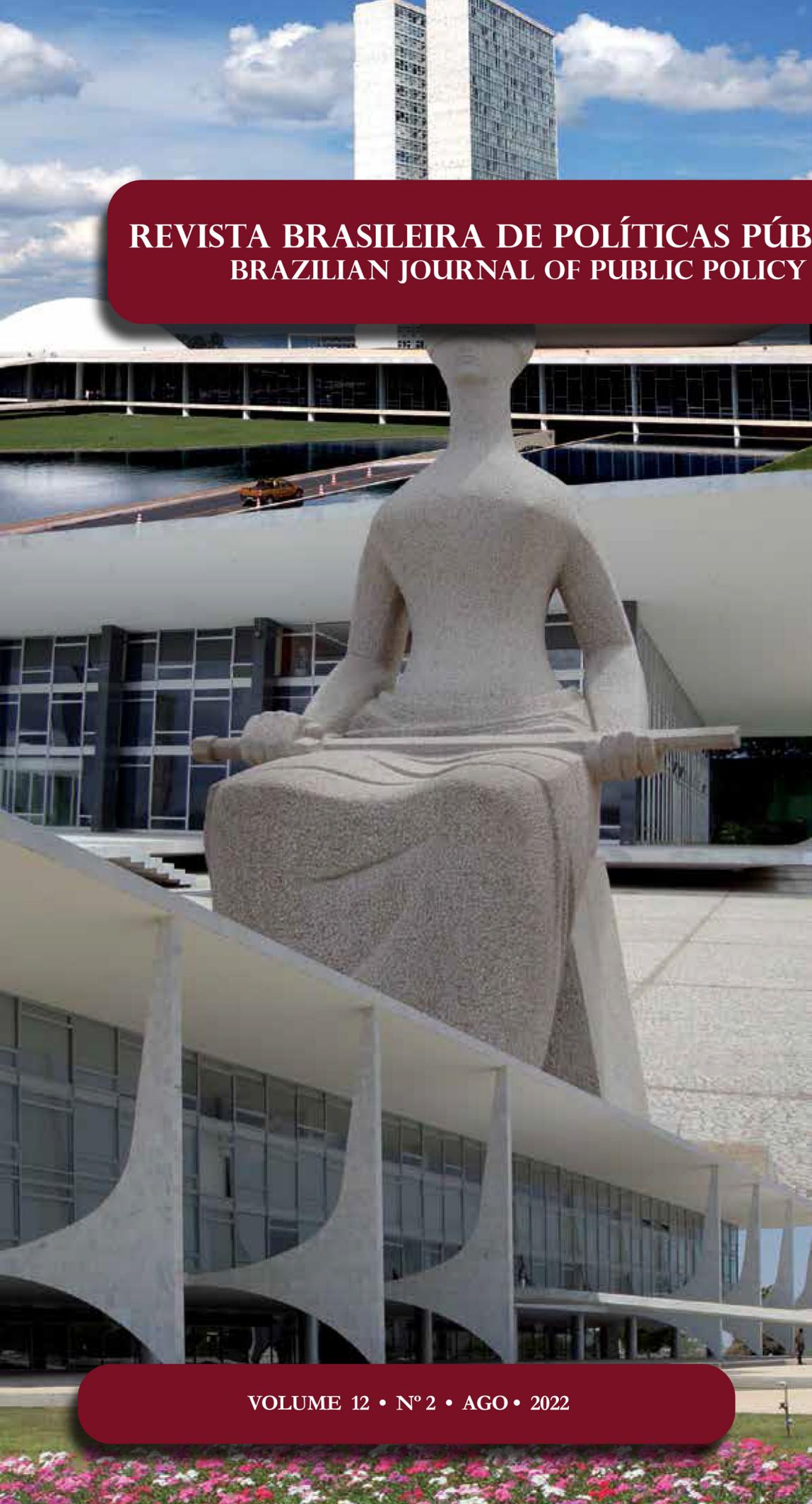


The logo for CEUB (Centro Universitário de Brasília) features the letters 'CEUB' in a bold, white, sans-serif font. The letter 'B' is stylized with a vertical line through its center, resembling a Greek letter beta.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

The cover image shows a large, modern building with a prominent white, abstract sculpture in the foreground. The sculpture is a seated female figure, possibly representing a deity or a personification of justice, holding a long, thin object. The building has a distinctive architectural style with large, curved concrete elements and a glass facade. The sky is blue with scattered white clouds. In the bottom left corner, there is a bed of pink and white flowers.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

**O Estado de Bem Estar Social
finlandês e seu modelo
educacional**

**The Finnish Social Welfare State
and their educational model**

André Augusto P. Brandão

Andrea Bello

VOLUME 12 • Nº 2 • AGO • 2022

Sumário

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A GRUPOS VULNERÁVEIS	13
O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA.....	15
Beatriz Souza Costa e Camilla de Freitas Pereira	
“PROGRAMA HOSPEDAGEM PARA IDOSOS” E ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA AGENDA.....	34
Fabiana Rodrigues Barletta e Carolina Silvino de Sá Palmeira	
MULHERES, COTA DE GÊNERO E PODER LEGISLATIVO: UMA ABORDAGEM DAS JUSTIFICATIVAS DO PROJETO DE LEI N.º 1.256/2019 À LUZ DO LIBERALISMO IGUALITÁRIO DE JOHN RAWLS	58
Victória Taglialegra Salles, Rainer Bomfim e Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia	
PROTECTION OF PEOPLE LIVING WITH HIV/AIDS IN IRAN: CHALLENGES AND RESPONSIBILITIES	74
Arian Petoft e Mahmoud Abbasi	
FACILITADOR INTERCULTURAL SORDO EN SALUD PARA CHILE: ANÁLISIS DE LA AGENDA POLÍTICA A PROPÓSITO DE LA POLÍTICA DE SALUD DE MIGRANTES INTERNACIONALES.....	97
Valeria Campos e Ricardo Cartes-Velásquez	
POLÍTICAS PÚBLICAS E AMBIENTE DIGITAL	124
¿UNA SEGUNDA OPORTUNIDAD? PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES Y AUTODETERMINACIÓN INFORMATIVA EN UNA NUEVA CONSTITUCIÓN CHILENA	126
Pablo Contreras	
BRECHA DIGITAL Y EXCLUSIÓN SOCIAL: ¿PUEDEN LAS TIC CAMBIAR EL STATUS QUO?	151
Andrés Cernadas Ramos, Bran Barral Buceta e Ángela Fernández Da Silva	
CONSTITUCIONALISMO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAIS: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....	177
José Sérgio da Silva Cristóvam, Raquel Cavalcanti Ramos Machado e Thanderson Pereira de Sousa	
TEMAS DIVERSOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS	195
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: A PERCEPÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	197
Michelle Araújo Luz Cilli, Waldecy Rodrigues e Alex Pizzio	

PROPOSTA DE UM ÍNDICE SÍNTESE PARA O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	214
Andrea Pereira de Freitas e Gustavo Inácio de Moraes	
A FUNÇÃO DO JURISTA NA DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL E O ARGUMENTO DO COST OF RIGHTS	234
João Paulo Mansur	
O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL FINLANDÊS E SEU MODELO EDUCACIONAL	251
André Augusto P. Brandão e Andrea Bello	
LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL EN RELACIÓN A LA POLÍTICA PÚBLICA EDUCATIVA DE LAS ORGANIZACIONES ASOCIATIVAS AGROPECUARIAS	270
Jhon Jairo Mosquera Rodas	
DIRETRIZES PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DAS COMPRAS PÚBLICAS	288
Ednaldo Silva Ferreira Júnior	
A QUEM SE DESTINAM AS CHAMADAS PÚBLICAS?: OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	308
Raquel Hunger, Flávia Milagres Campos e Susana Moreira Padrão	
BIENES COMUNES URBANOS, DOMINIO PÚBLICO Y AUTONOMÍAS TERRITORIALES: ALGUNAS PROPUESTAS PARA CHILE, A LA LUZ DE LA EXPERIENCIA ITALIANA DE LOS BENI COMUNI	327
Benoît Delooz Brochet	
REPENSAR A DEMOCRACIA: A HIPÓTESE DA DEMOCRACIA ALEATÓRIA REVISITADA	344
Deo Campos Dutra e Eduardo F. de Oliveira Jr.	
ANÁLISE DO RESP. N.º 975.834/RS: O STJ NA ENCRUZILHADA ENTRE OS DIREITOS DO CONSUMIDOR, SOCIETÁRIO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	364
João Manoel de Lima Junior e Thaíse Zacchi Pimentel	
RELAÇÕES JURÍDICAS DAS FUNDAÇÕES DE APOIO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, CENTROS DE PESQUISA PÚBLICOS E TERCEIROS: PARCERIAS ESTRATÉGICAS NO MARCO LEGAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	385
Ricardo Silveira Ribeiro	
A SUSTENTABILIDADE À LUZ DA PERSPECTIVA JURISDICCIONAL “À BRASILEIRA”: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	408
Francieli lung Izolani, Frederico Thaddeu Pedroso, Jerônimo Siqueira Tybusch e Francielle Benini Agne Tybusch	

APORTES DA ANÁLISE ECONÔMICA NO ESTUDO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E O RISCO DA PROMOÇÃO DESIGUAL DE DIREITOS.....	426
Daniel Castanha de Freitas, Vivian Lopez Valle e Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto	
AVANÇOS NO DEBATE DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: UM OLHAR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA	449
Jorge Leal Hanai, Suely de Fátima Ramos Silveira e Nina Rosa da Silveira Cunha	
OUTROS TEMAS	476
ASPECTOS GERAIS DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)	478
Antônio Márcio da Cunha Guimarães e Miguel Souza Dantas Neto	
A ESTRUTURA LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DO VOTO DO MINISTRO BARROSO NA ADO 26 E NO MI 4733: UMA REFLEXÃO À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO DIALÓGICO CONTRA-HEGEMÔNICO...	496
Maria Eugenia Bunchaft	

O Estado de Bem Estar Social finlandês e seu modelo educacional*

The Finnish Social Welfare State and their educational model

André Augusto P. Brandão**

Andrea Bello***

Resumo

O Objetivo deste artigo é apresentar uma breve análise da historiografia das experiências pioneiras do percurso do Estado de Bem Estar Social, como fenômeno político do século XX, e do sistema educacional finlandês, *case* mundial no campo da educação. Nossa metodologia apoia-se em pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, recorrendo à literatura do campo da política social, notadamente à tese sobre a emergência e o desenvolvimento do *welfare state*, apresentada pela tipologia proposta por Gøsta Esping-Andersen (1991,1999), e documentos produzidos por organismos multilaterais e do governo da Finlândia. Primeiramente, apresentamos uma análise da nossa base teórica e sua relação com o Estado de Bem Estar Social e o modelo educacional finlandês. Em seguida, os resultados alcançados por aquele país a partir do momento em que situa a educação como estratégia de desenvolvimento elegendo-a como uma das principais políticas sociais para a redução da “herança da pobreza” sobre o desenvolvimento das crianças e jovens, desde as famílias. Afirmamos que a construção do modelo educacional da Finlândia não é obra de fatores isolados ou de missões pessoais de políticos, mas que está relacionada à emergência e ao desenvolvimento do seu Estado de Bem Estar Social e é resultado do conjunto de fatores históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos que se conformaram em um novo pacto social. Finalmente, tentar reproduzir tal modelo em outros países e nações que não possuam políticas sociais tais como as que existem na Finlândia pode significar assumir um desafio com grandes chances de insucesso.

Palavras chave: Educação; Políticas Sociais; Welfare State; Equidade; Desenvolvimento.

Abstract

The objective of this article is to present a brief analysis of the historiography of the pioneering experiences of the Social Welfare State, as a political phenomenon of the 20th century, and of the Finnish educational system, a worldwide case in the field of education. Our methodology is supported by qualitative research of a bibliographic nature, using literature in the field of social policy, notably the thesis on the emergence and development of the welfare state, taken by the typology proposed by Gøsta Esping-Andersen

* Recebido em 16/04/2021
Aprovado em 14/09/2021

** Professor Titular da Universidade Federal Fluminense – Programa de Estudos Pós Graduados em Política Social
Email: andre_brandao@id.uff.br

*** Estudante de Doutorado da Universidade Federal Fluminense – Programa de Estudos Pós Graduados em Política Social
Email: andreabello@id.uff.br

(1991,1999) , and documents Made available by multilateral agencies and the Finnish government. First, we present an analysis of our theoretical basis and its relationship with the Welfare State and the Finnish educational model. Then, the results achieved by that country from the moment of strategy in which situation education as development, choosing it as one of the main social policies for the reduction of “poverty improvement” on the development of children and young people, since the families. We affirm that the construction of the educational model in Finland is not the result of the final result or the results of politicians, but that it is related to the emergence and development of the Welfare State and is the result of a set of historical, cultural, social factors, political and economic factors that conformed to a new social pact. Finally, we conclude that it is reasonable to affirm that trying to reproduce such a model in other countries and nations that do not have social policies such as those that exist in Finland can signify taking on a challenge with great chances of failure.

Keywords: Education; Social politics; Welfare state; Equity; Development.

1 Introdução

Os testes aplicados pelo Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), realizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), chamaram a atenção de governantes e pesquisadores de diversos campos, especialmente da educação, para as políticas educacionais implementadas por alguns países, entre eles, a Finlândia. Mas o que poderia explicar que um país, com uma pequena população¹, boa parte de seu território sujeita a temperaturas que podem chegar a -20°, afetado por duas Guerras Mundiais, uma guerra civil e, ainda, pela crise econômica da década de 1990, possa alcançar esses e outros indicadores tão promissores ampliando, significativamente, suas políticas sociais em plena década de 1970, a ponto de destacar-se em um mundo globalizado e competitivo a partir dos resultados do seu modelo educacional?

Partindo da premissa de que a resposta a tal pergunta pode estar na relação entre o Estado de bem estar social da Finlândia e seu modelo educacional, o presente trabalho fará uma breve abordagem da historiografia das experiências pioneiras do percurso do Estado de Bem Estar Social, como um fenômeno político do século XX. Por limitação de escopo, não serão discutidas as teorias (e tipologias) do Estado de Bem Estar Social, seus múltiplos processos de desenvolvimento, suas crises e críticas, tampouco serão detalhados aspectos de caráter pedagógico e institucional da reforma do sistema educacional finlandês. O trabalho tangenciará todos esses tópicos, em um convite à reflexão sobre como o binômio *welfare state* e educação se inter-relacionam, com base no que chamaremos de “caso finlandês”, sem estabelecer comparações com outros modelos².

2 A construção e a evolução do conceito de Estado de Bem Estar Social

Assume-se, nesta seção, a ideia de “construção” e não apenas “evolução” do Estado de Bem Estar Social, pois se entende que as teorias formuladas sobre o *welfare state* agrupam conjuntos de políticas sociais que não constituem, apenas, o resultado da “evolução” das sociedades e dos países, mas que também foram edificadas com base em diversos contextos e necessidades, ajustando-se às mudanças e às demandas das

¹ População = 5.532.159 habitantes. IBGE. Países. *Finlândia*. Disponível em <https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/finlandia>. Acesso em: 24 jan. 2021.

² Tampouco estamos afirmando que o “caso finlandês” estabelece um tipo de modelagem ideal para o campo das políticas educacionais.

sociedades, dentro de projetos de nação, de poder, de respostas às crises, de luta de classes, entre tantos outros elementos motivadores ou depressores, de tais políticas. O uso, simplesmente, do termo “evoluir” poderia sugerir uma interpretação restrita dos processos envolvendo os Estados de Bem Estar Social como algo “natural”, linear, contínuo, inevitável ou sempre dependente de uma relação causal³, o que não traduz a realidade quando se analisam diferentes exemplos de *welfare state* ou (e principalmente) as experiências no campo das políticas sociais dos países em desenvolvimento, em que, periodicamente, há expansão ou retração da oferta e da importância de tais políticas sociais nas agendas dos governos por ação de diferentes forças em disputa⁴.

As trajetórias, as formas e processos de construção e evolução dos Estados de Bem Estar Social são muito diversificados e analisá-los detalhadamente está além dos objetivos deste trabalho, cuja proposta é uma abordagem histórica resumida da construção e da evolução do *welfare state* que ocorreu na Europa ocidental a fim de contextualizar o modelo educacional da Finlândia. Sendo assim, por limitações de escopo, o presente trabalho estará restrito à tipologia proposta por Esping-Andersen, com enfoque nos países escandinavos, a partir de breve histórico de duas experiências pioneiras de Estados de Bem Estar Social, a saber, “o caso inglês” e o “caso alemão”.

2.1 Duas experiências pioneiras do Estado de Bem Estar Social contemporâneo

Os estudos historiográficos situam como padrão ou “paradigmas originários” daquilo que se pode considerar como a intervenção social do Estado na história do capitalismo até final do século XIX, o “caso inglês” e o “caso alemão”. O primeiro é caracterizado pelo arcabouço legal criado, ao longo dos séculos, para atender as questões de ordem e disciplinamento do trabalho como o *Speenhamland Act* (1796) e as *Poor Laws* (1598-1601/ 1834). O segundo se relaciona à associação entre a “legislação bismarckiana e a repressão/ antecipação do movimento socialista”⁵.

Iniciando pelo “caso inglês”, é importante abordar, ainda que de forma breve, as *Poor Laws* ou “Lei dos Pobres”. Essa legislação constituiu um aparato jurídico de assistência aos pobres, com base em fundos específicos, por determinação da Monarquia, no contexto do nascimento do Estado absolutista, da mercantilização das terras e consequente êxodo dos camponeses do meio rural, em dois momentos: primeiro, no século XVI (Antiga Lei dos Pobres) com arranjos locais e paroquiais e depois, já no século XIX na reforma da Lei (Nova Lei dos Pobres), centralizada na Coroa, fortemente caracterizada por ações coercitivas, classificando pobres como desocupados por vontade própria. Partia-se da premissa de que a pobreza era causada pelos pobres, sem nenhum tipo de compromisso com a proteção do bem estar e sim com a oferta de condições inferiores àquelas a que estes teriam caso se sujeitassem ao mais baixo dos salários, nas piores condições de trabalho possíveis, pois esta seria a melhor forma dos assistidos não deixarem de trabalhar⁶.

O ambiente de extrema pobreza e degradação, em que a assistência social pública tinha efeito degradante e opressivo e pouco impacto como apoio material, foi o mesmo em que surgiu o mercado de trabalho competitivo e o capitalismo como sistema social, seguido de iniciativas de autoproteção da sociedade que

³ DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias* [online], v. 13, n. 27, p. 220-254, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 dez. 2020.

⁴ FILGUEIRA, Fernando. *Welfare and democracy in Latin America: The development, crises and aftermath of universal, dual and exclusionary social States*. Prepared for the United Nations Research Institute for Social Development Project on Social Policy and Democratization. New York, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/252495352_Welfare_and_Democracy_in_Latin_America_The_Development_Crises_and_Aftermath_of_Universal_Dual_and_Exclusionary_Social_States/link/00b7d535828ae6ecc6000000/download. Acesso em: 15 out. 2020.

⁵ FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. *Physis* [online], v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997. ISSN 1809-4481. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311997000200008>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁶ KERSTENETKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2012. 289 p.

se manifestaram por meio de “leis fabris e uma legislação social, assim como a movimentação política e industrial da classe trabalhadora”⁷.

A reforma de 1834 tornou a “Lei dos Pobres” mais coercitiva, desumana e deletéria, mesmo assim: “ela constituiu a base para a previdência social inglesa até as vésperas da I Guerra Mundial”⁸ e um modelo pioneiro de intervenção do Estado que foi replicado em outros países do continente europeu e, até mesmo, nos Estados Unidos, ainda longe de ser um Estado de Bem Estar Social⁹.

No contexto da reforma liberal das Leis dos Pobres, foi criada a “Comissão Real de 1905-1909” para avaliar o porquê do fracasso das *Poor Laws* e propor reformas. Foi elaborado, então, o “Relatório da Minoria sobre as Leis dos Pobres”¹⁰, que desconstruiu a ideia de que as causas da pobreza eram exclusivamente individuais, afirmando que suas origens eram sociais e econômicas, que se combinavam e potencializavam, de forma perversa, tais como fome, falta de educação para as crianças, além das flutuações do mercado de trabalho, os longos períodos de desemprego e a estigmatização dos pobres. A questão central do “Relatório das Minorias” era a de que a pobreza constituía um fenômeno estrutural e não se resolveria com o Estado oferecendo o mínimo para sobrevivência (o que já havia sido feito pela “Lei dos Pobres” de 1601 envolvendo alguma responsabilidade coletiva), mas sim garantindo o mínimo para o exercício da cidadania, para que os pobres fossem tratados como cidadãos e não como suplicantes agradecidos¹¹.

Em 1942, um segundo relatório foi produzido com o objetivo de reformular as leis de assistência na Inglaterra, o “Relatório sobre Seguro Social e Serviços Aliados”, elaborado por William Beveridge. Esse relatório, mais conhecido como “Relatório de Beveridge”¹², é considerado (pela segunda geração de estudos comparativos descritos por Esping-Andersen) como sendo o novo paradigma na relação entre Estado e sociedade que se traduz na expressão *welfare state*, isto porque, o “Relatório Beveridge” ao ratificar o *National Health Service Act*¹³, logo após o fim da II Guerra Mundial, criou um sistema universal, gratuito, de abrangência nacional com orçamento específico, independente de aspectos contratuais que, até aquele momento, era o que pautava a relação entre os indivíduos e as políticas sociais governamentais¹⁴. A concepção beveridgiana de um Estado de Bem Estar Social universalista se fundamentava nas perspectivas de Marshall¹⁵ e Titmus¹⁶ que defendiam, respectivamente, plenos direitos sociais, incluindo a participação de todos na riqueza social e a imperativa garantia de tais direitos sociais no contexto de uma economia de mercado¹⁷.

⁷ POLANYI, Karl. *A Grande transformação as origem da nossa época*. Tradução Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Câmpus, 2000.

⁸ HOBBSAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

⁹ KERSTENETKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2012. 289 p.

¹⁰ Coordenado por Beatrice Webb entre os anos de 1905-1909. KERSTENETKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2012. 289 p.

¹¹ KATWALA, Sunder. “Introduction”. In: WALLIS, E. D. (ed.). *From the workhouse to the welfare state – What Beatrice Webb’s 1909 Minority Report can teach us today*. Londres: The Fabian Society. Disponível em: <https://fabians.org.uk/wp-content/uploads/2009/03/FromWorkhousetoWelfare.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

¹² O “Relatório Beveridge” (*Social Insurance and Allied Services*), de 1942 compôs, junto com textos posteriores, o “Plano Beveridge”. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. BIB n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-46>. Acesso em: 10 jan. 2021.

¹³ Sistema Nacional de Saúde do Reino Unido.

¹⁴ FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. *Physis* [online], v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997. ISSN 1809-4481. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311997000200008>. Acesso em: 10 jan. 2021.

¹⁵ Para Faria (1998, p.53) houve o contrário do que afirma Kerstenetzky, ou seja, as teorias de Titmus e Marshall é que foram impactadas pelo Plano Beveridge e decorrentes reformas dos mecanismos de bem estar social nele inspiradas. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. BIB n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-46>. Acesso em: 10 jan. 2021.

¹⁶ Richard Titmus é responsável por uma abordagem conceitual que influenciou diversas novas perspectivas na pesquisa comparativa do *welfare state*. Sua perspectiva de análise propõe a distinção clássica entre os estados de bem estar social como “residuais” e “institucionais”, sendo, no primeiro caso, o Estado responsável quando a família e o mercado não são suficientes, tendo sua ação restrita a grupos sociais marginais e mercedores e o segundo, o Estado que se responsabiliza por toda população de modo universal.

¹⁷ KERSTENETKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. 2012. 289 p.

O objetivo central de Beveridge era a criação de uma ampla rede de seguridade social que promovesse a solidariedade entre as classes e a estabilidade da Inglaterra pós Segunda Guerra Mundial, a partir de uma visão keynesiana, encarando a seguridade social como um mecanismo macroeconômico importante para a estabilidade do país. Para Beveridge, trabalho e o bem estar social eram indissociáveis e, por isso, o pleno emprego era um dos três pilares do seu plano¹⁸ juntamente ao “Serviço Nacional de Saúde” e o abono de família¹⁹.

Em relação ao “caso alemão” do final do século XIX, este tem suas raízes no contrato de trabalho, na proteção social em relação aos contratos de trabalho, sustentado por contribuições compulsórias partilhadas entre trabalhadores e patrões²⁰. O modelo implementado pelo chanceler Otto Von Bismarck concentrava-se nos trabalhadores homens e pressupunha um conjunto de regras e institucionalidades diferenciadas na sua gestão, inaugurando um novo paradigma²¹, conservador e corporativo, de relação entre Estado e sociedade, em que os direitos sociais são verticalmente concedidos por um governo autoritário que não reconhecia os direitos básicos da cidadania política²².

De fato, a os mecanismos de proteção social na Alemanha bismarckiana surgem em um contexto de centralização e autoritarismo²³, com duas características muito marcantes: a primeira, o caráter seletivo/corporativo (sendo os únicos beneficiários os operários industriais considerados como categoria social com interesses comuns), sem a criação de uma rede de seguridade mínima e universal; e a segunda, a administração centralizada da seguridade social como estratégia de pacificação da classe operária e neutralização da organização desta no sentido de promover a “paz social”, além da reafirmação do poderio militar e industrial alemão para o restante do mundo²⁴.

Partindo de tal breve historiografia das experiências pioneiras, inglesa e alemã, o Estado de bem estar social propagou-se pela Europa ocidental e Estados Unidos, sendo introduzido em diferentes regimes e estágios políticos, sociais e econômicos, sem demonstrar um padrão originário único²⁵ e se constituiu como um fenômeno do século XX (no contexto do pós guerra), materializado em um conjunto de programas de proteção social, educação, saúde, entre outros²⁶.

¹⁸ O sistema seria financiado pelas contribuições de empregados e empregadores, mas o Estado arcaria integralmente com os abonos de família e com a maior parte dos custos do Sistema Nacional de Saúde. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. BIB n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-46>. Acesso em: 10 jan. 2021.

¹⁹ FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. BIB n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-46>. Acesso em: 10 jan. 2021.

²⁰ ARRETCHE, Marta. *Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas*. BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-39/452-emergencia-e-desenvolvimento-do-welfare-state-teorias-explicativas/file>. Acesso em: 20 jan. 2021.

²¹ No século XX, o modelo alemão teve muita influência na construção de outros sistemas de proteção e assistência social conservadores que passaram a existir na América Latina, especialmente depois da crise de 1929. Segundo Faria (1998, p.51), a Alemanha de Bismarck tornou-se um paradigma para uma visão de *welfare state* como “intervenção preventiva” frente ao crescimento da capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores urbanos. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. BIB n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-46>. Acesso em: 10 jan. 2021.

²² FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. *Physis* [online], v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997. ISSN 1809-4481. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311997000200008>. Acesso em: 10 jan. 2021.

²³ Segundo Esping-Andersen (1991, p.94), a Alemanha é um caso típico de contraposição histórica à tese da “Abordagem Institucional” justamente porque as políticas de seguridade social lá implementadas e hoje consideradas como pioneiras de *welfare state* ocorreram antes da democracia e foram motivadas pela vontade de impedir sua realização. ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

²⁴ FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. BIB n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-46>. Acesso em: 10 jan. 2021.

²⁵ KERSTENETKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. 2012. 289 p.

²⁶ ARRETCHE, Marta. *Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas*. BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-39/452-emergencia-e-desenvolvimento-do-wel>

Há vasta literatura que aborda as diferentes correntes teóricas que buscam explicar o fenômeno do *welfare state*, com algumas de tais correntes tratando separadamente sua origem das razões de seu desenvolvimento ou de sua expansão. Para a breve análise aqui proposta da relação entre o Estado de Bem Estar Social e o modelo educacional finlandês, este trabalho assumirá a tipologia de Esping-Andersen como base teórica²⁷.

2.2 Os três modelos do Estado de Bem Estar Social de Esping-Andersen

O Estado de Bem Estar Social pode ser considerado como um dos principais fenômenos políticos do século XX e, talvez, justamente por isso, sua construção e evolução, suas origens e desenvolvimento, tenham produzido tantos debates e pesquisas no mundo acadêmico. Nos estudos produzidos nos anos 50 e 60, as análises se voltavam, prioritariamente, para o *quantum* de gasto social mobilizado. Nas décadas subsequentes, há maior complexificação analítica e as pesquisas passam a considerar indicadores relativos aos formatos e características do gasto social. Com isso, as abordagens teóricas sobre o fenômeno do *welfare state* tornaram-se qualitativamente superiores, o que implicou maior refinamento e diversidade na explicação das razões de sua existência. Assim, ao longo do pós Segunda Guerra Mundial, surgiram os estudos históricos comparados²⁸, tais como os de Titmus, Marshall, Wilensky, O'Connor, Offe, Ewald, Gough e Flora²⁹. Mas é a obra de Esping-Andersen, já na década de 1990, que pode ser considerada como um salto analítico em relação aos estudos anteriores, um “ponto de não retorno” no debate sobre a emergência e desenvolvimento dos Estados de Bem Estar Social³⁰.

Esping-Andersen³¹ posiciona sua análise da emergência do Estado de Bem Estar Social em relação ao conceito de riscos sociais e na “tríade do welfare” — estado, mercado e família — sendo tais atores não equivalentes no sentido funcional, com diferentes capacidades em termos de ação e resultados no gerenciamento e compartilhamento dos riscos sociais. Segundo o autor, a família sempre foi a instituição social central, o *locus* principal de produção e consumo, até ser eclipsada pelo industrialismo³². Ainda que se mantenha como importante ator dentro dos Estados de Bem Estar Social, seu monopólio histórico de proteção e solidariedade social já não pode ser ressuscitado. O mercado, por sua vez, tampouco seria suficiente para proteger os indivíduos. A mercadorização das pessoas, o desemprego, o avanço da pobreza e das desigualdades na Europa, a partir do final do século XIX, demandaram intervenção estatal. A emergência do *welfare state* materializou um novo contrato social, com a introdução dos direitos sociais modernos, a desmercadorização

fare-state-teorias-explicativas/file. Acesso em: 20 jan. 2021.

²⁷ ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

²⁸ ARRETCHE, Marta. *Emergência e Desenvolvimento do Welfare State*. Teorias Explicativas. BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-39/452-emergencia-e-desenvolvimento-do-welfare-state-teorias-explicativas/file>. Acesso em: 20 jan. 2021.

²⁹ Os autores aqui citados compõem o recorte teórico e temporal analisado no artigo “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*. Teorias Explicativas”. ARRETCHE, Marta. *Emergência e Desenvolvimento do Welfare State*. Teorias Explicativas. BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-39/452-emergencia-e-desenvolvimento-do-welfare-state-teorias-explicativas/file>. Acesso em: 20 jan. 2021.

³⁰ ARRETCHE, Marta. *Emergência e Desenvolvimento do Welfare State*. Teorias Explicativas. BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-39/452-emergencia-e-desenvolvimento-do-welfare-state-teorias-explicativas/file>. Acesso em: 20 jan. 2021.

³¹ ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

³² Esping-Andersen (1999, p. 35) afirma que, em teoria, na perspectiva padrão da economia política, a família teria assumido uma função secundária, de provedora de suporte emocional. Porém, na prática, a família manteve-se como produtora e importante fonte de bem estar, em grande medida, por conta do trabalho doméstico não remunerado assume como convincente a crítica das pesquisadoras feministas de que em todos os lugares, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres ainda é uma fonte produtora de welfare e que a família nunca deixou de ser produtiva. Em verdade, o favorecimento ao homem nas políticas de transferência de renda do *welfare state* do pós guerra foi possível por causa do papel social das famílias, nele incluso o trabalho doméstico. ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

dos indivíduos — como resultado da prestação de serviços por parte do Estado tomada como direito — e, ainda, com a possibilidade de o indivíduo subsistir independentemente do contrato de trabalho³³.

A partir de tais afirmações, o autor conclui que a política social seria a gestão pública de riscos sociais, tanto dos riscos “democráticos”, ou seja, aqueles que afetam a todos (velhice, por exemplo) quanto dos demais, estratificados socialmente, tais como desemprego e pobreza³⁴. Nesse ponto, é importante destacar que Esping-Andersen não explica os diferentes tipos de *welfare state* e o desenvolvimento destes somente pelo indicador relativo ao volume do gasto público. Segundo esse autor³⁵:

se nosso objetivo é testar teorias causais que envolvem agentes, devemos começar com as demandas promovidas realmente pelos atores que consideramos críticos na história do desenvolvimento do *welfare state*. É difícil imaginar que alguém fosse lutar por gastos *per se*.

As formas institucionais de prestação de serviços sociais, ou seja, os diferentes regimes de política social são explicados, pelo autor, pelas variadas matrizes de poder, no interior das quais os movimentos da classe trabalhadora conseguiram inserir seus interesses³⁶. A partir da perspectiva dos “recursos de poder”, Esping-Andersen propõe um novo enquadramento conceitual e teórico do *welfare state*, distinguindo a existência de três tipos de regimes de distribuição de serviços sociais, que, em essência, correspondem à tipologia das políticas sociais propostas por Titmus³⁷, como ele mesmo destaca³⁸:

a abordagem de Titmus fecundou uma variedade de novas perspectivas na pesquisa comparativa do *welfare state* [...]. É uma abordagem que força os pesquisadores a saírem da caixa preta dos gastos para o conteúdo dos *welfare state*: programas direcionados versus programas universalistas, as condições de elegibilidade, tipo de benefícios e serviços e, talvez o mais importante, em que medida o nível de emprego e a vida profissional fazem parte da ampliação dos direitos do cidadão.

2.2.1 As causas do Welfare State

Segundo Esping-Andersen³⁹, uma teoria de desenvolvimento dos Estados de Bem Estar Social precisa “reconsiderar suas hipóteses causais se quiser explicar os agrupamentos”. O objetivo inicial de Esping-Andersen era firmar tal teoria como tipo ideal, no sentido weberiano, sendo cada regime por ele proposto concebido sobre “dimensões culturais, históricas e políticas específicas a um conjunto de países relativamente similares”, o que impossibilita que tal tipologia seja representativa ou generalizável para outras regiões⁴⁰. Nesse sentido, o autor aponta três fatores como sendo importantes para caracterizar os três tipos de *welfare state* que ele propôs. São eles: 1) modelo de formação política da classe trabalhadora⁴¹; 2) a edificação de coa-

³³ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020. Pode se observar aqui, diálogo de Esping-Andersen com a obra clássica de Marshall (1967), destacando uma versão nova de cidadania — a cidadania social.

³⁴ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

³⁵ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

³⁶ ARRETCHE, Marta. *Emergência e Desenvolvimento do Welfare State*: Teorias Explicativas. BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-39/452-emergencia-e-desenvolvimento-do-welfare-state-teorias-explicativas/file>. Acesso em: 20 jan. 2021.

³⁷ Titmuss (1958, p. 42, 43) diferencia os Estados de Bem Estar Social em residuais e institucionais, sendo os primeiros aqueles em que o Estado assume a responsabilidade quando a família ou o mercado não conseguem atendê-las e os segundos, os que ofertam serviços universais, para todos.

³⁸ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

³⁹ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁴⁰ BARBOSA, Pedro Rufino. Desenvolvimento conceitual e teórico na literatura dos regimes de bem-estar latino-americanos. *Administração Pública e Gestão Social*, [S. l.], v. 12, n. 2, 2020. DOI: 10.21118/apgs.v12i2.5514. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5514>. Acesso em: 19 jan. 2021. p. 4.

⁴¹ Considerando a estrutura sindical, os objetivos, ideologia e capacidades políticas da classe trabalhadora e da mobilização de classe,

lizes políticas durante a passagem de uma economia rural para uma sociedade de classe média⁴²; e 3) o legado histórico que contribuiu para a institucionalização das preferências de classe e comportamento político⁴³.

Em relação ao primeiro fator, chama a atenção que Esping-Andersen não afirma que quanto maiores fossem os meios de poder da classe trabalhadora, maiores seriam os impactos redistributivos das políticas sociais. Ao invés disso, o autor afirma que não há linearidade em tal relação, uma vez que países com níveis semelhantes de pressão da classe operária podem apresentar resultados distributivos diferentes⁴⁴.

Considerando-se um conjunto critérios que definissem o papel do Estado de bem estar na sociedade, Esping-Andersen fez sua análise comparativa de dezoito países capitalistas desenvolvidos, examinando as variações dos direitos sociais e as estratificações do *welfare state*, e formulou sua tipologia dos Estados de bem estar social, distinguindo a existência de três tipos de regimes de distribuição de serviços sociais, que representavam diferentes combinações qualitativas entre Estado, mercado e família, que ele chamou de “tríade do welfare”⁴⁵. Entretanto, antes de relacionar de maneira bastante sintética os regimes de *welfare* propostos por Esping-Andersen, é importante destacar uma observação feita pelo próprio autor sobre a tipologia por ele proposta⁴⁶:

os *welfare states* formam um grupo, mas precisamos reconhecer que não existe um único caso puro. Os países escandinavos podem ser predominantemente socialdemocratas, mas não estão isentos de elementos liberais cruciais. Os regimes liberais também não são tipos puros. O sistema de previdência social norte-americano é redistributivo, compulsório e longe de ser atuarial. Ao menos em sua primeira formulação o *New Deal* era tão socialdemocrata quanto a socialdemocracia contemporânea da Escandinávia. E os regimes europeus conservadores incorporaram tanto impulsos liberais quanto socialdemocratas. Com o passar das décadas, tornaram-se menos corporativistas e menos autoritários.

Assim, passando “de uma abordagem linear para uma abordagem interativa tanto em relação aos *welfare states* quanto à suas causas”, o que Esping-Andersen⁴⁷ propôs com sua tipologia foi um enquadramento conceitual dos países industrializados de acordo com as dimensões alcançadas dos direitos sociais, da cidadania, da distribuição e da gestão dos riscos sociais pela “tríade do welfare”.

2.2.2 Os regimes de Welfare State

No capítulo “As Três Economias do *welfare state*”⁴⁸, Gøsta Esping-Andersen aborda questões que balizam o debate sobre as origens do Estado de Bem Estar Social, contrapondo o legado da economia política com uma “reconstituição do *welfare state*”⁴⁹:

para além do enquadramento partidário.

⁴² As alianças com as novas classes médias (pós Segunda Guerra Mundial) foram fundamentais para a consolidação dos *welfare states*. ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁴³ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁴⁴ ARRETCHE, Marta. *Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas*. BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-39/452-emergencia-e-desenvolvimento-do-welfare-state-teorias-explicativas/file>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁴⁵ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

⁴⁶ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁴⁷ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁴⁸ Esse é o primeiro capítulo do livro “Três lições sobre o estado-providência”, de Gøsta Esping-ANDERSON, Bruno Palier. trad. Afonso de Melo. Lisboa: Campo da Comunicação, 2009.

⁴⁹ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set.

o welfare state não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social. Estes são os três princípios mais importantes que precisam ser elaborados antes de qualquer especificação teórica do welfare state.

Para o autor, os novos dilemas enfrentados impõem uma mudança no enfoque dado às políticas sociais, passando da compreensão de tais políticas como ações compensatórias e mitigadoras das dificuldades imediatas dos indivíduos para uma visão de investimentos sociais de prevenção e desenvolvimento, especialmente diante das mudanças do século XX para o XXI. Nesse sentido, ele posiciona o *welfare state* como a forma mais eficaz de diminuir as desigualdades e promover a equidade, retomando a importância da cidadania social proposta por Marshall⁵⁰ introduzindo o tema da “desmercadorização” e “estratificação” dos indivíduos e, por fim, propondo sua tipologia dos três regimes de *welfare state*: “Liberal”, “Conservador/Corporativista” e “Social-democrata”.

Como já dito, muitas foram as proposições teóricas que se sucederam no debate acadêmico sobre os Estados de Bem Estar Social desde meados do século XX, mas o enquadramento conceitual, proposto por Esping-Andersen na década de 1990⁵¹, pode ser considerado o mais influente no campo das políticas sociais até o momento. Ainda que tenha sido e continue sendo alvo de críticas⁵², a tipologia proposta por tal autor (baseada na análise de três grandes áreas, a saber, as relações entre Estado e mercado, a estratificação e a desmercadorização dos indivíduos) apresenta três regimes de welfare que se consolidaram na década de 1960 por ocasião da universalização dos direitos sociais na Europa ocidental⁵³. De maneira resumida, são esses os modelos de regimes de *welfare state* propostos por Esping-Andersen:

a) regime “liberal” – exemplos arquétipos: Austrália, Canadá e EUA. Nesse tipo de regime, predomina a assistência aos comprovadamente pobres, uma classe trabalhadora de baixa renda ou dependente do Estado, por meio de modestos planos de previdência social e baixas transferências universais. Como consequência, o efeito de desmercadorização das pessoas é baixo, os direitos sociais são reduzidos e o tipo de estratificação produzida é o de “igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado, serviços diferenciados pelo mercado entre as maiorias e um dualismo político de classe entre ambas as camadas sociais.”⁵⁴; b) regime “conservador” ou “corporativista” – exemplos arquétipos: Áustria, França, Itália e Alemanha. Nesses regimes, nunca houve a obsessão típica dos regimes “liberais” pela mercadorização dos indivíduos e a “deificação” do mercado como provedor exclusivo de bem estar. Em verdade, a herança histórica do corporativismo nas bases do aparato estatal favoreceu o desenvolvimento de um modelo de welfare que substituiu o mercado enquanto provedor de benefícios sociais com a preservação das diferenças de *status* para a concessão de tais direitos, o que significou um impacto muito baixo em termos de redistribuição. Os regimes “conservadores” ou “corporativistas” são muito influenciados, também, pela herança religiosa e, por isso, marcados pelo compromisso com os valores religiosos baseados em determinadas concepções de moralidade familiar. O Estado somente age quando a família não consegue mais atender aos seus membros

1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁵⁰ MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. São Paulo: Zahar, 1967.

⁵¹ Aqui e na abordagem teórica proposta, circunscrevem-se as citações de Esping-Andersen a dois de seus trabalhos: “As três economias políticas do *Welfare State*”, (1991) e “Social foundations of postindustrial economies”. ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

⁵² Há pelo menos três críticas que são feitas à tipologia proposta por Esping-Andersen com certa frequência no meio acadêmico: a da limitação da comensurabilidade comparativa (MORENO, 2000, p.186); a crítica feminista em relação à subavaliação da família na provisão global do bem estar e a da “maturidade dos regimes socialdemocratas”. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. BIB n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-46>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁵³ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

⁵⁴ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

em suas necessidades e as mulheres casadas são excluídas da previdência social e incentivadas, por meio dos benefícios que são destinados à família, à maternidade⁵⁵; c) regime “social-democrata” – países escandinavos, com destaque para Suécia, Dinamarca e Noruega. Esse modelo abrange o menor grupo de países e foi assim denominado porque, segundo o autor, a social-democracia “foi claramente a força dominante por trás da reforma social” naquelas nações⁵⁶. Os países que compõem tal grupo apresentam alto grau de desmercadorização e princípios de universalismo dos direitos sociais. Ao invés de se conformarem com os dualismos que marcam os outros dois regimes □ mercado *versus* Estado, classe média *versus* classe trabalhadora □, as nações social-democratas trabalharam por um modelo de welfare que promovesse a igualdade por meio de programas desmercadorizantes e universalistas que, ainda assim, atendem a expectativas diferenciadas, excluindo o mercado. “Todos se beneficiam; todos são dependentes; e supostamente todos se sentirão obrigados a pagar”⁵⁷. Os regimes social-democratas comprometem-se com uma pesada carga de serviços sociais e com o pleno emprego, o que inclui homens e mulheres.

3 As políticas sociais nos países escandinavos

Os países escandinavos se destacam pelo seu modelo universalista com maior potencial distributivo e de desmercadorização. De acordo com Esping-Andersen⁵⁸, os Estados de Bem Estar Social escandinavos tendem a ser mais desmercadorizantes do planeta. Como no tópico anterior, foram abordadas as linhas gerais e principais características de cada regime de *welfare state*. Neste serão destacados cinco pontos relacionados aos regimes social-democratas que dialogam, diretamente, com o objetivo do trabalho, a saber, a relação do Estado de Bem Estar Social com o modelo educacional finlandês.

O primeiro ponto a ser destacado é o conceito de desfamiliarização ou a socialização dos custos das famílias. Como explica Esping-Andersen⁵⁹:

[...] desfamiliarizar não significa opor-se à família; ao contrário, o termo desfamiliarização pretende descrever em que medida as responsabilidades de atenção, cura e bem estar das famílias foram reduzidas. [...] Um sistema é familista não se é a favor da família, mas se a sua política pública assume (e age para) que qualquer núcleo familiar seja o primeiro responsável pelo bem-estar dos seus membros. [...] O conceito de desfamiliarização é paralelo àquele de desmercadorização; com efeito, para as mulheres, a desfamiliarização é em geral uma pré-condição da sua capacidade de se mercadorizar (tradução da autora).

O modelo universalista opera sobre a questão da igualdade de gêneros de forma diferente do que ocorre nos regimes “conservador/corporativista” — nos quais as mulheres não têm amplo suporte de serviços sociais para que possam ingressar no mercado de trabalho. Mas também do modelo “liberal”, em que há tanta preocupação com “o caráter sagrado do mercado” que o Estado não se ocupa de forma efetiva das questões que envolvem equidade de gênero e, ao mesmo tempo, busca minimizar as relações entre família e Estado. No modelo universalista, o *modus operandi* fortalece a independência individual por meio de transferências destinadas diretamente aos filhos, com o Estado assumindo objetivamente responsabilidades pelo cuidado

⁵⁵ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁵⁶ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁵⁷ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁵⁸ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁵⁹ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

das crianças, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio da oferta de serviços sociais, o que implica socialização dos custos familiares e a oportunidade para que um número cada vez maior de mulheres possa ingressar no mercado de trabalho sem se sentirem culpadas ou titulares de uma jornada dupla⁶⁰. O segundo ponto refere-se ao fato de que países escandinavos adotaram um caminho “pragmático virtuoso” no que tange aos seus sistemas de assistência social que pode ser descrito como uma síntese entre o universalismo e a adequação ao mercado. Isto porque o Estado incorporou novas classes médias em uma segunda e sofisticada estrutura de previdência relacionada aos ganhos, além da previdência igualitária mínima⁶¹. Tal estratégia, ao assegurar benefícios que correspondessem às expectativas das novas classes médias, não apenas bloqueou o mercado como preservou o universalismo (ainda que com certa medida de desigualdades), mantendo o nível de consenso necessário para reter o apoio amplo e solidário aos altos impostos que o regime social-democrata exige para ser financiado.

Soma-se a essa estratégia o terceiro ponto fundamental para a existência do regime social-democrata, qual seja, o compromisso e a dependência com a garantia do pleno emprego, pois arcar com os custos de um Estado de Bem Estar Social universalista e desmercadorizante implica diminuir problemas sociais e potencializar rendimentos. Por conseguinte, a melhor maneira de resolver tal equação é com o maior número possível de pessoas trabalhando (e pagando impostos e tributos) e o menor quantitativo daqueles que dependem de transferências sociais⁶². Importante destacar que tal afirmação não consiste em aparente contradição, ou seja, não coloca como condição central da tipologia do regime social-democrata a questão do volume gasto social e sim como esse gasto é realizado⁶³.

O quarto ponto diz respeito aos riscos sociais das crianças e jovens nos países escandinavos, o que seria um desdobramento da perspectiva de socialização dos custos familiares. As taxas de pobreza em tais países são muito baixas e estão diretamente relacionadas às políticas sociais implementadas pelos regimes social-democratas. Em alguns casos, 80%⁶⁴ dos jovens desempregados recebem benefícios do Estado, o que permite que sejam independentes ao invés de precisarem viver com os pais. Como notado em outros países da Europa, com base no regime “conservador/corporativista”, a familiarização dos riscos sociais, tal como o desemprego, pode até evitar a pobreza, mas tem como consequência custos indiretos de diversas ordens tais como adiamento da procura de emprego, atraso em relação à construção da autonomia dos indivíduos, à constituição de novas famílias e até à infertilidade do país, com a diminuição em médio e em longo prazo do número de jovens⁶⁵.

Por fim, o quinto ponto tem relação com a postura adotada pelos países escandinavos no que concerne à educação. Em seu livro, “*Social Foundations of Postindustrial Economies*”, Esping-Andersen⁶⁶ chama de “herança da pobreza” as questões relacionadas à desigualdade quando estas deixam de ser “riscos de classe” e têm sua origem na transmissão intergeracional. Essa pobreza herdada materializa-se na forma de “capital social deficitário”, afeta o desempenho escolar dos indivíduos e é reforçada pelas assimetrias inerentes ao mercado em

⁶⁰ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁶¹ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁶² ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁶³ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁶⁴ Dado referente à Dinamarca, em 1999. ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

⁶⁵ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

⁶⁶ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

uma relação que pode se retroalimentar por gerações, tornando muito difícil que os riscos intergeracionais diminuam a menos que o Estado de Bem Estar Social intervenha com políticas de “igualdade de oportunidade”, para equalizar as condições de vida das quais partem os indivíduos.

A admissão de que a sociedade discrimina alguns grupos, negando-lhes chances justas e iguais de competição no mercado, refere-se à motivação da expansão da educação como obrigatória e universal nos Estados de Bem Estar Social que responderam a tal demanda de forma “minimalista” ou “maximalista”. O primeiro tipo de resposta seria característico dos países de regime “liberal”, notadamente anglo-saxões, por meio da implementação de políticas de igualdade de oportunidade residuais, com foco nos indivíduos socialmente desfavorecidos. Já a resposta “maximalista” seria aquela adotada pelos países do regime social-democrata, países escandinavos, abrangendo a totalidade dos grupos sociais com base na premissa de que todos enfrentam algum tipo de risco que poderia colocá-los em alguma posição de desvantagem, pois o objetivo não é atuar no vácuo da necessidade e sim na interrupção da “transmissibilidade” geracional da desigualdade, envolvendo diferentes estratégias consideradas fundamentais para o enfrentamento das desigualdades⁶⁷. É justamente com base em tal enquadramento conceitual que será apresentado o “caso finlandês”, a partir de descrição sucinta do seu modelo educacional.

4 O “caso finlandês”

Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)⁶⁸ e demais estudos realizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a partir dos anos 2000, destacam o êxito das reformas do sistema educacional finlandês, no que tange aos indicadores padronizados definidos por tal metodologia de avaliação. Desde a divulgação dos resultados do primeiro PISA, em 2001, a Finlândia vem mantendo-se entre os primeiros lugares dos países mais bem avaliados, com uma tendência, a partir de 2005, de aumento médio anual de 0,8% do nível de escolaridade (OCDE, 2018). Paralelamente a tal desenvolvimento educacional expressivo, especialmente ao longo do século XX, além disto é um dos países mais equânimes do mundo⁶⁹. É fato que, os resultados apresentados pelo modelo educacional da Finlândia, na última edição do PISA em 2018, mostraram, nas três modalidades regulares de aferição, ligeira queda em relação às anteriores. Porém, ainda assim, o país permanece entre as primeiras colocações no *ranking* mundial:

Quadro 1 – resultados da Finlândia no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) 2000, 2009 e 2018

ANO	2000			2012			2018		
	Pontos	Países da OCDE	Todos os países	Pontos	Países da OCDE	Todos os países	Pontos	Países da OCDE	Todos os países
Letramento em Leitura	546	1 ^a	1 ^a	536	2 ^a	3 ^a	520	(1-5)	(3-9)
Letramento em Matemática	536	4 ^a	4 ^a	541	2 ^a	6 ^a	507	(7-13)	(12-18)

⁶⁷ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

⁶⁸ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA (“*Programme for International Student Assessment*”), é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela OCDE, em uma amostra representativa de alunos de quinze anos de idade, que tenham completado pelo menos seis anos de escolaridade, abrangendo habilidades desenvolvidas pelos estudantes em três campos: leitura, matemática e ciências, em que cada dá ênfase a um desses campos. BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>, acesso em 23 jan. 2021.

⁶⁹ O Coeficiente de Gini da Finlândia: 0,27. ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Finland*. Disponível em: <https://data.oecd.org/finland.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ANO	2000			2012			2018		
	Pontos	Países da OCDE	Todos os países	Pontos	Países da OCDE	Todos os países	Pontos	Países da OCDE	Todos os países
Letramento em Ciências	538	3 ^a	3 ^a	554	1 ^a	2 ^a	522	(3-5)	(6-10)
Educação Financeira	-	-	-	-	-	-	537	(2-3)	(2-3)

Fonte: Ministry of Education and Culture – Finland (2021). OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

4.1 Breve histórico

A Segunda Guerra mundial atingiu, de forma violenta e traumática, o planeta e provocou consequências devastadoras para a promissora e jovem democracia finlandesa. Depois de seis anos em guerra, a Finlândia teve de contar seus mortos e lidar com o tratado de paz assinado com a União Soviética que impôs severas condições econômicas, incluindo a entrega de parte de seu território⁷⁰. No campo político, diversas associações foram proscritas e o Partido Comunista estabeleceu-se como entidade política no país. Todos esses fatos tiveram profundo impacto na Finlândia e fizeram do pós Segunda Guerra Mundial um período de grande instabilidade nas relações de poder, mas, por outro lado, também, de muitas transformações na economia e nas políticas sociais, especialmente no que diz respeito à “noção de igualdade de oportunidades educacionais para todos”⁷¹. De fato, o cenário e as consequências dos grandes desafios de reconstrução no pós Segunda Guerra Mundial, em meio a todos os passivos sociais, econômicos e políticos por ela deixados e que marcaram a Finlândia até a primeira metade do século XX, foram os mesmos cenários e consequências em muitos outros países onde as medidas de *welfare state* foram responsáveis pela superação de tais desafios de reconstrução ao mesmo tempo em que foram impulsionadas por eles⁷².

A passagem de uma economia agrária (1950-60) para uma economia industrializada (1970) e, finalmente, uma economia impulsionada pelo conhecimento, com um setor de serviços crescente e com níveis ascendentes de tecnologia e inovação (1990), teve em sua origem o estabelecimento de uma diretriz de desenvolvimento que partiu de três pressupostos característicos de cada um desses períodos: primeiro, a minimização das desigualdades de oportunidades; segundo, a criação de um sistema público de educação que diminuísse os riscos sociais; e, terceiro, a melhoria da educação básica e a expansão da educação secundária — missão assumida pelo *welfare state* finlandês desde o final da década de 1980 até o presente momento⁷³.

No campo político, a reconstrução da Finlândia se iniciou após as eleições para o Parlamento Nacional, em 1948, com os assentos distribuídos de maneira muito equilibrada entre as forças políticas da época⁷⁴. Foi estabelecido, a partir de então, um consenso⁷⁵ em torno das reformas para a renovação do sistema edu-

⁷⁰ Com o término da Segunda Guerra Mundial, a Finlândia teve de ceder 12% do seu território, o que implicou a realocação de 450 mil pessoas. Foram Mais de 90 mil mortos, 60 mil pessoas com ferimentos irreversíveis, 25 mil viúvas e 50 mil crianças órfãs em um país cuja população não chegava a 4 milhões de habitantes. SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016.

⁷¹ SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016.

⁷² KERSTENETKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. 2012. 289 p.

⁷³ SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016.

⁷⁴ As forças políticas na Finlândia, em relação ao pós Segunda Guerra Mundial, eram constituídas pelo Partido Comunista, pelo Partido Social democrata, pelo Partido de Centro Agrário e mais tarde, pelo Partido Conservador. SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016. p. 46.

⁷⁵ Os quatro partidos políticos uniram-se em torno do que ficou conhecido como “Consenso Finlandês” que foi decisivo para as reformas educacionais no país a partir da década de 1970. SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com*

cacional finlandês, com a participação de comitês de diferentes partidos cujas visões convergentes sobre a educação lançaram as bases para o modelo que se concretizou a partir da década de 1970⁷⁶.

Em relação à sociedade, as famílias finlandesas tiveram importante papel para a consolidação das propostas de reformas no sistema educacional, aderindo em massa ao modelo educacional resultante, o que contribuiu para que este se configurasse como instituição equalizadora⁷⁷. Tal como afirmado por Esping-Andersen⁷⁸ é pouco provável que as decisões que uma única família toma em relação a seus membros possam impactar toda sociedade, porém, as decisões que grande número de famílias toma, alinhando-se em prol de determinado pleito ou comportamento, podem criar condições para a mudança institucional. Foi justamente isso o que ocorreu na Finlândia em relação ao pós Segunda Guerra.

Essa resumida descrição reporta à já mencionada tese de Esping-Andersen sobre o processo da emergência e desenvolvimento do *welfare state*, no sentido de que a construção do modelo educacional finlandês foi o resultado do padrão de formação política da classe trabalhadora, da construção das coalizões políticas durante a transição de um modelo econômico de fazendas administradas em regime familiar para uma sociedade de classe média e da herança das reformas anteriores, junto com os valores culturais tradicionais daquele país⁷⁹.

4.2 As “Lições finlandesas”

O objetivo deste trabalho não compreende o aprofundamento dos aspectos pedagógicos balizadores e resultantes das reformas no sistema educacional finlandês. Entretanto, para efeito de contextualização do principal argumento apresentado, a saber, a relação do Estado de Bem Estar Social com o modelo educacional finlandês, destaca-se o posicionamento em relação à promoção da equidade e como tal posicionamento se reflete (e é refletido) no combate às desigualdades, por meio do *Peruskoulu*, como é chamado o ensino básico Finlandês. Este atende às crianças e jovens dos sete aos dezesseis anos. Foi implantado a partir da década de 1970, após a fusão de diferentes perfis de instituições de ensino⁸⁰, o que na prática significou que todos os estudantes, independentemente de onde morassem, dos seus interesses ou condições socioeconômicas, teriam a mesma formação básica, com nove anos de duração, em escolas com docentes altamente qualificados, comprometidos e autônomos, administradas por autoridades locais. Essa mudança foi o resultado de um novo pacto social e é considerada pelos pesquisadores finlandeses como revolucionária, uma vez que foi fundamental para a promoção de uma sociedade organizada sob o princípio da equidade⁸¹.

Por fim, é importante destacar que, mesmo possuindo um modelo educacional que chama atenção do mundo pelos resultados qualiquantitativos que apresenta e que prima, na prática, pelo combate às desigualdades, a Finlândia continua a aprimorar seu sistema. Em 2016 o governo finlandês alterou a Lei de Educação Básica para tornar a educação infantil obrigatória, com o objetivo de ampliar as condições de igualdade

a mudança educacional na Finlândia? Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016. p. 56.

⁷⁶ SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016.

⁷⁷ SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016.

⁷⁸ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

⁷⁹ ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁸⁰ É importante destacar que a Finlândia estava passando nessa época pela transição de uma economia predominantemente agrária para um perfil mais industrial e o ensino era estratificado, com dois tipos de escolas diferentes a *grammar* (como enfoque um ensino geral e humanístico) e as *civic schools* (voltadas para o mercado de trabalho), que eram procuradas de acordo como os supostos interesses e finalidades das famílias em relação ao futuro dos seus filhos. SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016.

⁸¹ SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016.

educacional. Além disso passou a implementar várias emendas à “Lei do Bem-Estar Infantil” em relação às crianças em situação de vulnerabilidade e, a respeito da perspectiva de desfamiliarização já muito presente em seu Estado de bem estar social, houve um reforço dos direitos dos jovens em relação à habitação e meios de subsistência (*Report of the Social Protection Committee*, 2015)⁸².

5 Considerações finais

É consenso que o sistema educacional finlandês é um *case* mundial que movimenta o debate sobre os modelos de educação pública em países de diversos espectros políticos, econômicos e sociais em diferentes áreas, tais como financiamento e gastos públicos, gestão, carreira do magistério, proposta pedagógica, entre outros. A Finlândia, além de se manter, ao longo das duas últimas décadas, entre os primeiros colocados no mais importante teste educacional padronizado internacional, o PISA, acumula indicadores de desenvolvimento socioeconômicos expressivos⁸³, estando sempre ao lado das grandes potências econômicas mundiais.

Parte da explicação para tais resultados consiste no fato de que aquele país fez da educação uma importante e fundamental estratégia de desenvolvimento na transição da economia agrária para industrial e, em seguida, da industrial para economia do conhecimento e da informação. Além disso, atuou na promoção da equidade, elegendo a educação como uma das principais políticas sociais de redução dos efeitos deletérios da “herança da pobreza” sobre o desenvolvimento das crianças e jovens (especialmente, mas não somente, no futuro destes no mercado de trabalho), desde o ponto mais nuclear da sociedade, as famílias, com ações de desfamiliarização e desmercadorização dos indivíduos⁸⁴. Dito de outra maneira, o modelo educacional finlandês está imerso em um contexto de *welfare state* social-democrata com serviços sociais universalistas e políticas sociais usadas como estratégias de gestão de riscos sociais, em relação a um sistema de políticas públicas de saúde, tecnologia, economia, governança, meio ambiente e cultura de respeito e cumprimento das leis⁸⁵.

Sendo assim, a construção do modelo educacional da Finlândia não é obra do acaso, de fatores isolados ou de missões pessoais de políticos transformadas, no tempo efêmero de algumas democracias, em agenda de governo, antes está relacionada à emergência e ao desenvolvimento do seu Estado de Bem Estar Social e é o resultado do conjunto de fatores históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos⁸⁶, que se conformaram em um novo pacto social partindo do pressuposto de que a reconstrução daquele país, a respeito do pós Segunda Guerra Mundial, passava, necessariamente, não apenas pelo combate às desigualdades, mas pela geração de oportunidades iguais que convergissem em uma sociedade equânime e, para tanto, o modelo educacional seria (e foi) fundamental. Sendo assim, é razoável afirmar que tentar reproduzir tal modelo em outros países e nações que não possuam políticas sociais tais como as que existem na Finlândia - sociedades desiguais, com altos índices de pobreza e exclusão - seria assumir um desafio com grandes chances de insucesso.

⁸² O Relatório (*European Union Report of the Social Protection Committee – Review of recent social policy reforms – The Social Protection Committee*, 2015) traz outras reformas feitas pela Finlândia no período, tais como redução da falta de moradias e políticas de subsídio para a habitação, apoio ao emprego e prevenção da exclusão social, com seguro-desemprego, aumento da renda mínima para pessoas com deficiência menores de 16 anos e para pessoas com deficiência maiores de 16 anos, criação de centro de apoio para imigrantes, entre outras.

⁸³ IDH = 0,938; gastos com educação = 6,9% do PIB; Gastos com saúde = 7,0% do PIB; investimento em pesquisa e desenvolvimento = 2,7% do PIB; renda *per capita* = \$53.160. IBGE. Países. *Finlândia*. Disponível em <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/finlandia>. Acesso em: 24 jan. 2021.

⁸⁴ ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.

⁸⁵ SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016.

⁸⁶ ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.

Referências

- ARRETCHE, Marta. *Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas*. BIB, Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-39/452-emergencia-e-desenvolvimento-do-welfare-state-teorias-explicativas/file>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BARBOSA, Pedro Rufino. Desenvolvimento conceitual e teórico na literatura dos regimes de bem-estar latino-americanos. *Administração Pública e Gestão Social*, [S. l.], v. 12, n. 2, 2020. DOI: 10.21118/apgs.v12i2.5514. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5514>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- DALY, M. *families versus state and market*. The Oxford Handbook of Welfare State. Oxford: Oxford Press, 2012. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199579396.001.0001/oxfordhb-9780199579396-e-9>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias* [online], v. 13, n. 27, p. 220-254, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 dez. 2020.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do *Welfare State*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.
- EU. (European Union). *Report of the Social Protection Committee*. Review of recent social. Disponível em: http://ec.europa.eu/europe2020/making-it-happen/country-specific_recommendations/2014/index_en.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. BIB n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-46>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- FILGUEIRA, Fernando. *Welfare and democracy in Latin America*. The development, crises and aftermath of universal, dual and exclusionary social States. Prepared for the United Nations Research Institute for Social Development Project on Social Policy and Democratization. New York, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/252495352_Welfare_and_Democracy_in_Latin_America_The_Development_Crises_and_Aftermath_of_Universal_Dual_and_Exclusionary_Social_States/link/00b7d535828ae6ecc6000000/download. Acesso em: 15 out. 2020.
- FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. *Physis* [online], v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997. ISSN 1809-4481. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311997000200008>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- GOUGH, Ian; SHARKH, Miriam Abu. *Global Welfare Regimes: A Cluster Analysis*. Global Social Policy. United Kingdom: Abo Akademi University n .3, march de 2015. Disponível em: https://www.vasa.abo.fi/users/minygar/Undervisning-filer/Global%20Social%20Policy_2010_Sharkh_Gough.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.
- HOBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

IBGE. Países. *Finlândia*. Disponível em <https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/finlandia>. Acesso em: 24 jan. 2021.

KATWALA, Sunder. "Introduction". In: WALLIS, E. D. (ed.). *From the workhouse to the welfare state – What Beatrice Webb's 1909 Minority Report can teach us today*. Londres: The Fabian Society. Disponível em: <https://fabians.org.uk/wp-content/uploads/2009/03/FromWorkhousetoWelfare.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

KERSTENETKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2012.

KERSTENETKY, Celia Lessa. Welfare state e desenvolvimento. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 129-156, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100004>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. São Paulo: Zahar, 1967.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTRY OF EDUCATION AND CULTURE - FINLAND. *Education in Finland*. Finland Education in a nutshell. 2017. Disponível em: https://www.opf.fi/sites/default/files/documents/finnish_education_in_a_nutshell.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

MINISTRY OF EDUCATION AND CULTURE - FINLAND. *Finland and PISA*. Disponível em: <https://minedu.fi/en/pisa-en>. Acesso em: 24 jan. 2021.

MINISTRY OF EDUCATION AND CULTURE - FINLAND. *Finnish education in a nutshell*. Disponível em: https://www.opf.fi/sites/default/files/documents/finnish_education_in_a_nutshell.pdf. Acesso em: 24 jan. 2021.

MINISTRY OF EDUCATION AND CULTURE - FINLAND. *Suomen koulutusjärjestelmä*. Disponível em: <https://minedu.fi/koulutusjarjestelma>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MORENO, L. Fundamentos sociais das economias pós-industriais. Esping-Andersen, Gösta. Barcelona, Ariel, 2000 (e o 1999). *Revista Española De Sociología*, n. 1, 2001. Disponível em <https://recyt.fecyt.es/index.php/res/article/view/64706>. Acesso em: 17 dez. 2020.

OLSSON-HORT, Sven E.; Hans Hansen; Ingemar Eriksson. Social Security in Sweden and Other European Countries – Three Essays, Finance Department (DS 1993:51), Stockholm, 1993, no price given. *Journal of Social Policy*, v. 23, n. 2, p. 298-299. doi:10.1017/S004727940002184X. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-social-policy/article/abs/sven-e-olssonhort-hans-hansen-and-ingemar-eriksson-social-security-in-sweden-and-other-european-countries-three-essays-finance-department-ds-199351-stockholm-1993-no-price-given/49A371C9185AF58A67D98D5B3FF78993>. Acesso em: 03 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Finland*. Disponível em: <https://data.oecd.org/finland.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Finlândia*. Disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/finland-pt/#:~:text=Na%20Finl%C3%A2ndia%2C%2088%25%20dos%20adultos%20entre%2025%20e%2064%20anos,m%C3%A9dia%20da%20OCDE%20de%2078%25.&text=A%20Finl%C3%A2ndia%20%C3%A9%20um%20pa%C3%ADs%20da%20OCDE%20de%20%C3%B3timo%20desempenho,m%C3%A9dia%20da%20OCDE%20de%20486>. Acesso em: 23 jan. 2021.

POLANYI, Karl. *A Grande transformação as origens da nossa época*. Tradução Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Câmpus, 2000.

SAHLBERG, Pasi. *Lições finlandesas: o que o mundo pode aprender com a mudança educacional na Finlândia?* Tradução: Elena Gaidano. Eduff. Niterói, 2016.

THIS IS FINLAND. *Luz e clima na Finlândia*: Um guia meteorológico para as quatro estações da Finlândia. Disponível em: <https://finland.fi/pt/vida-amp-sociedade/luz-e-clima-na-finlandia/#:~:text=Na%20Lap%C3%B4nia%20que%20est%C3%A1%20ao,maio%20at%C3%A9%2027%20de%20julho>. Acesso em: 23 jan. 2021.

TITMUS, Richard M. *Essays on the Welfare State*. London, 1958.

WILENSKY, Harold. *The Welfare State and Equality*. Structural and Ideological Roots of Public Expenditures. Berkeley: University of California, 1975.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.